



## **INFORMAÇÃO E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

Os dados pessoais recolhidos na IX Bienal de Pintura de Pequeno Formato, serão tratados ao abrigo do Regulamento Geral de Proteção de Dados, doravante designado por RGPD (Regulamento EU 2016/679).

O responsável pelo tratamento dos dados é o município da Moita, pessoa coletiva 506791220, com sede na Praça da República, 2864-007 Moita, aqui representado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal.

O município designou um encarregado da proteção de dados que poderá ser diretamente contactado através de carta enviada para: Câmara Municipal da Moita, Praça da República, 2864-007 Moita ou, em alternativa, para o endereço de correio eletrónico [cmmoita@mail.cm-moita.pt](mailto:cmmoita@mail.cm-moita.pt).

O tratamento dos dados é efetuado ao abrigo do consentimento prestado pelo respetivo titular, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º do RGPD e destina-se ao cumprimento do disposto nas normas de participação da IX Bienal de Pintura de Pequeno Formato.

Os dados pessoais – imagem, foto, vídeo, nome, endereço de correio eletrónico, morada, número de telefone e currículo - serão recolhidos aquando da inscrição e durante o evento e serão conservados nos termos dos prazos legais de conservação administrativa determinados pela Portaria n.º 412/2001, de 17 de abril alterada pela Portaria n.º 1253/2009 de 14 de outubro.

Os destinatários dos dados pessoais são a Câmara Municipal da Moita, a Junta de Freguesia de Alhos Vedros e a CACAV – Círculo de Animação Cultural de Alhos Vedros.

Assiste ao titular dos dados pessoais o direito de solicitar ao responsável pelo tratamento o acesso aos dados pessoais que lhe digam respeito, bem como a retificação ou o apagamento, ou a limitação do tratamento no que disser respeito ao titular dos dados, e do direito de se opor ao tratamento, bem como do direito à portabilidade dos dados.

Havendo lugar a decisões automatizadas, incluindo a definição de perfis, poderá o titular dos dados pessoais opor-se às mesmas, nos termos e para os efeitos do art.º. 22.º.

O titular dos dados pessoais tem o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo, a Comissão Nacional de Proteção de Dados.